

XIII Congresso Brasileiro de Sociologia
29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE)

Grupo de Trabalho - GT01: Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar

Título do trabalho: Formação de atores sociais em SAN: Uma estratégia de implementação e acompanhamento das políticas públicas

Nome das Autoras: Helena Selma Azevedo; Elza Maria Franco Braga

Instituição: **Universidade Federal do Ceará(UFC)**

E-mail para contato: selmazevedo@uol.com.br e elzafb@gmail.com

Formação de atores sociais em SAN: Uma estratégia de implementação e acompanhamento das políticas públicas

Helena Selma Azevedo¹ e Elza Franco Braga²

Introdução

A participação social, desde a formulação até o controle das políticas públicas em todas as esferas de governo, é um princípio fundamental que preconiza o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), conforme determina a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)³ cuja aprovação constitui um marco na história recente na perspectiva de garantir o direito humano à alimentação adequada. Entretanto, a Lei se, de um lado demarca uma conquista da sociedade brasileira, por outro coloca uma série de desafios frente a sua regulamentação. Tais desafios têm uma interface com o governo, envolvendo as três instâncias da federação, mas, também, com a sociedade civil. Esta tem um papel de extrema relevância e vêm exigindo um contingente de pessoas e grupos cada vez mais amplo, com formação mais consistente e com clareza do seu compromisso social.

A consciência desta problemática foi, portanto, um elemento chave que motivou a elaboração de um projeto de capacitação em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), no Ceará, bem como a constituição de uma rede de multiplicadores e de protagonistas de ações nesta área.

As políticas de SAN requerem participação e envolvimento das comunidades nos processos de elaboração, execução, controle social e avaliação. Este envolvimento somente será possível com a criação de mecanismos de participação e acesso a conhecimentos e informações que possibilitem ações emancipatórias (CONSEA, 2004).

Com este propósito o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA Ceará), em parceria com o Fórum Cearense de Segurança Alimentar e Nutricional (FCSAN) e a Rede TALHER de Mobilização Cidadã assumiram o desafio de desenvolver conjuntamente o projeto de formação de atores sociais em SAN.

¹ - Professora do Curso de Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará, Integrante da Coordenação do Fórum Cearense de Economia Doméstica e Conselheira do CONSEA Ceará.

² - Doutora em Sociologia pela UNAM, Professora dos Cursos de Graduação em Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Mestrado de Avaliação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, Conselheira do CONSEA Nacional e do CONSEA Ceará.

³ A LOSAN de No 11.346 foi sancionada pelo Presidente da República em 15 de setembro de 2006, após onze meses de tramitação no Congresso Nacional. A rapidez na sua aprovação, se explica, sobretudo, face à mobilização do Consea Nacional, CONSEAs Estaduais e Municipais, do FNSAN, Rede de Educação Cidadã- TALHER e outros setores que militam nesta área.

Este trabalho se propõe a construir a trajetória do projeto explicitando os aspectos mais relevantes no que diz respeito ao processo formativo compreendendo a articulação das parcerias, a elaboração da metodologia, alguns elementos de sua execução e uma análise dos resultados parciais e dos desafios enfrentados, dado que o mesmo será concluído em julho do ano em curso. Daí porque trata-se de um processo em andamento e, portanto, as reflexões tecidas ainda têm um caráter preliminar.

O Projeto tem como principais objetivos: contribuir na efetivação das diretrizes das conferências regionais, estadual e nacional no tocante a implementação e acompanhamento das políticas públicas em SAN no Estado do Ceará; contribuir com a criação e/ou fortalecimento de Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, Rede Talher de Educação Cidadã e Mobilização Social, e/ou Fóruns, e outros grupos; fortalecer as iniciativas existentes que atuam na perspectiva da sustentabilidade da Segurança Alimentar e Nutricional no Estado; e organizar uma rede de SAN no Estado do Ceará.

Construção das parcerias

A construção das parcerias envolvidas no desenvolvimento do Projeto de Formação de Atores Sociais em SAN está profundamente relacionada com a história recente do movimento pela SAN no Ceará, envolvendo o Fórum Cearense de Segurança Alimentar, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará (CONSEA Ce) e a Rede de Educação Cidadã (TALHER).

São três instâncias que com objetivos, composição e estratégias diferenciadas apresentam convergência em relação aos princípios de SAN e na afirmação do direito humano à alimentação numa perspectiva sustentável.

O FCSAN teve sua articulação iniciada no ano de 2001 com a realização de uma Jornada de Segurança Alimentar. Dando cumprimento ao encaminhamento deste evento foi constituída uma 'rede de entidades' com o objetivo de realizar estudos sobre o tema e acompanhar as políticas de SAN no município de Fortaleza. A Comissão foi ampliada, em 2002, com a participação de várias entidades da sociedade civil e do poder público, passando a denominar-se "Comissão Pró-Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional" tendo como principal meta articular e instalar o FCSAN, o que ocorreu em 20 março de 2003, com a posse de sua coordenação executiva, composta pelas seguintes entidades: Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria, Vida Brasil, Centro de Nutrição do Conjunto Palmeiras (CNCP), Banco Palmas, Universidade

Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Ceará (UFC), Secretaria de Saúde do Estado e Secretaria de Ação Social do Estado.

O evento foi planejado para o mesmo período da primeira etapa da “Oficina de Capacitação para Atores Sociais em Segurança Alimentar”, realizada de 20 a 21 de março, organizada pela Comissão Pró-Fórum em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), com apoio do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-CE) nos dias 20. A segunda etapa foi realizada nos dias 28 e 29 de maio do mesmo ano.

Após a realização das oficinas o FCSAN elaborou um ante-projeto de Capacitação, reproduzindo sua metodologia com o objetivo de capacitar atores sociais em SAN, mas também interiorizar suas ações a partir de fóruns municipais de SAN, para tanto solicitou financiamento à CESE.

O FCSAN definiu como seus objetivos: estimular o desenvolvimento de ações locais de SAN sustentáveis; estimular a instalação de fóruns e/ou outras formas de articulação sobre o tema em nível local e regional; capacitar atores da sociedade civil visando uma participação mais qualificada nos diferentes espaços de gestão social; colaborar com o Fórum Brasileiro e outras instâncias de articulação da sociedade civil; acompanhar, analisar, monitorar e propor políticas e ações públicas locais e nacionais; identificar e catalisar as possibilidades de integração entre sociedade civil e poder público.

Uma das primeiras atividades do FCSAN foi promover debates sobre a missão, composição e funcionamento do CONSEA estadual e realizar gestões junto a Secretaria de Ação Social reivindicando mudanças na proposta original do Decreto Lei. Algumas delas foram atendidas, dentre elas o assento do FCSAN no referido Conselho.

Com a instalação do CONSEA, a maior parte da Coordenação do Fórum passou a trabalhar intensamente nas atividades por ele desenvolvida, por compreender a importância de sua institucionalização a partir da concepção de SAN defendida pelo FCSAN. Porém, como algumas das pessoas integrantes da coordenação do FCSAN também tinham assento no CONSEA, representando suas entidades de origem, e suas participações não ficaram caracterizadas como do Fórum, o que provocou o seu esvaziamento. Esse fenômeno ocorreu com a maior parte dos fóruns estaduais, com algumas poucas exceções.

O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará – CONSEA-CE foi criado pelo Governador do Estado do Ceará através do decreto nº. 27.008, de 15 de abril de 2003 e instalado em 21 de agosto de 2003.

É composto por 34 (trinta e quatro) membros designados pelo Governador do Estado, sendo 14 (quatorze) representantes de órgãos da Administração Estadual e 20 (vinte) representantes de outras organizações dentre organismos federais, da sociedade civil e de cooperação internacional.

Tem como objetivo geral propor políticas públicas, programas e ações que configurem o direito humano à alimentação, como parte integrante do direito de cada cidadão. Norteia-se pelos seguintes princípios: I - promoção do direito humano à alimentação; II - integração das ações dos poderes públicos estaduais e municipais, com as entidades representativas da sociedade civil e com organismos nacionais e internacionais de cooperação; e, III- controle social das políticas de segurança alimentar e nutricionais propostas e acompanhadas pelo CONSEA/CE.

Compete ao CONSEA/CE: 1 - propor, levantar e acompanhar ações do governo estadual na área da segurança alimentar e nutricional; 2 - articular com áreas do governo estadual e da sociedade civil organizada para a implantação, implementação e acompanhamento de ações voltadas para o combate às causas da miséria e da fome, no âmbito do Estado, consubstanciadas em eixos básicos de atuação tais como, o combate à desnutrição materno infantil e juvenil, o apoio à reforma agrária e à agricultura familiar, a geração de emprego e renda e o apoio à moradia, ações de saneamento e de proteção ao meio ambiente; 3 - formular o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; 4 - incentivar parcerias que garantam mobilização e racionalização no uso dos recursos disponíveis; 5 - promover e coordenar campanhas educativas e de conscientização da opinião pública, com vistas à união de esforços; 6 - estimular e incentivar a formação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, com os quais manterá estreitas relações de cooperação, especialmente em relação às ações definidas como prioritárias, no âmbito da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; 7 - incentivar a formação para o exercício do direito humano à alimentação e respectivas garantias, respeitando a cultura local; 8 - incentivar a realização e solicitar aos órgãos competentes, diagnósticos e pesquisas sobre a situação de insegurança alimentar e monitoramento do progresso obtido, mediante a identificação e acompanhamento de indicadores de processo e de impacto; 9 - realizar, nos anos pares, a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; 10 - interagir com outros segmentos da sociedade com vistas a democratizar as informações inerentes ao combate à fome, à miséria e à exclusão social; 11 - solicitar aos órgãos e instituições, públicas e privadas

informações sobre programas e projetos em andamento, propostos pelo CONSEA-CE; 12- desenvolver outras atividades propostas pelo Governador do Estado relacionadas a seus objetivos; 13 - elaborar e aprovar o Regimento Interno do CONSEA-CE.

A Rede de Educação cidadã (TALHER) tem como base fundante da estratégia de ação uma concepção político-pedagógica que resgata o patrimônio da educação popular e suas experiências de formação e organização. Da educação popular busca extrair a metodologia da formação multiplicadora como móvel para mobilização social.

Tem como aspectos norteadores: 1- Superação da fome, reforço da auto-estima e conquista de uma política de segurança alimentar e nutricional a partir da organização popular e da inclusão do tema na agenda pública em todos os níveis; 2- Construção de alternativas que ajudem as famílias a encontrarem as “portas de saída” aos programas de transferência de renda e formação dos/as cidadãos/ãs para o controle social dos gastos públicos.

Trabalha a partir das seguintes linhas de ação: 1)Consolidação da Rede de Educação Cidadã; 2)Democratização do acesso e controle social das políticas estruturantes de superação das situações de miséria e fome; e, 3)Formação de Educadores/as populares e agentes multiplicadores/as.

A Rede de Talheres Estaduais se organizam como um espaço de articulação de entidades e organizações sociais, promovendo participação e mobilização social em vista da promoção dos objetivos da implantação de uma política de segurança alimentar e nutricional.

Os Talheres são constituídos de grupos de educadores(as), militantes dos movimentos sociais populares que atuam enquanto rede de entidades e educadores(as), trabalhando em suas realidades locais, interagindo com a conjuntura política e econômica específica, desenvolvendo atividades de educação cidadã que venham indicar possibilidades de avanços das conquistas sociais, de condições propícias para erradicação da fome.

A Rede Talher conta com uma Equipe de Coordenação Nacional sediada em Brasília. No Ceará conta com uma equipe de coordenação estadual e nos municípios equipes regionais, articuladas e vinculadas a 14 entidades.

O Talher reúne entidades e organizações sociais que reconhecem a contribuição e o protagonismo dos movimentos sociais no processo de democratização do Estado e da própria sociedade. Nesse sentido, a identidade do Talher vai se construindo no processo, e esta nunca será igual ao somatório das entidades que o compõe, mas será a síntese criativa de que disto resulte, o produto da sinergia gerada pelo encontro entre estas entidades.

Diante da efetiva atuação do CONSEA-CE considerou-se importante redimensionar o projeto de Capacitação e foram desenvolvidas inicialmente duas oficinas piloto com o objetivo de testar a metodologia, bem como a adequação dos conteúdos propostos.

Com a participação das três entidades tendo um(a) representante de cada uma delas, como facilitador(a), foram realizadas duas capacitações, sendo uma na região de Baturité, em julho de 2004, com os 13 municípios integrantes do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) e a outra na região do Cariri, em setembro do mesmo ano, com a participação de representantes de 9 municípios. Participaram como entidades financiadoras a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) e o Banco do Nordeste (BNB).

A avaliação das oficinas foi positiva e reforçou a necessidade de financiamento para ampliar a proposta e garantir as oficinas de multiplicação de forma a envolver todos os municípios do Estado. O projeto inicial foi modificado e submetido à apreciação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para financiamento tendo sido aprovado em 2005, com 50% dos recursos solicitados o que levou a necessidade de um dimensionamento das metas físicas estabelecidas, que representou a seleção aleatória de 50% dos municípios.

Nenhuma das três entidades tinha condições de receber os recursos financeiros a serem utilizados no projeto, de acordo com as exigências do ministério, foram, então, realizados contatos com o Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do BNB para intermediar a gestão dos recursos.

O instituto foi fundado em 27 de fevereiro de 1996 por um grupo de funcionários do Banco do Nordeste, os quais, de modo voluntário, contribuem financeiramente e participam das atividades e ações desenvolvidas. Ele teve sua origem no Comitê de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste, criado em 1993 e teve intensa atuação nas ações da Campanha de Combate à miséria e à Fome. Participou ativamente na organização das conferências de segurança alimentar em 1994.

Hoje o Instituto vem atuando em comunidades rurais do Interior do Estado do Ceará com a missão de contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico, visando a auto-sustentabilidade, o exercício da cidadania e a potencialização da força coletiva.

O envolvimento do CONSEA, FCSAN e TALHER no projeto de formação tem se constituído como uma oportunidade de qualificação e aprimoramento para seus próprios integrantes que compõem a equipe de coordenadores e facilitadores. Dessa forma, as várias reuniões e encontros para discutir a metodologia e os conteúdos devolvidos representaram um momento de compartilhamento e enriquecimento para o

grupo e de fortalecimento das entidades participantes, o que antecede, e não estava explícito, nos objetivos do projeto.

Construção de uma metodologia participativa e multiplicadora

A proposta metodológica foi construída coletivamente e com o intuito de formar atores sociais em SAN numa ambiência participativa de modo que, ao final, alcançasse os seguintes resultados: elaborar um plano estratégico local e regional para implementação do processo de multiplicação nos vários municípios que compõem a região; estimular o processo de mobilização e participação social mediante a constituição e/ou fortalecimento de CONSEAS e/ou Fóruns, a Rede TALHER de Mobilização Cidadã e outros grupos; e construir as bases para a estruturação uma rede de Segurança Alimentar e Nutricional no estado do Ceará.

O projeto é composto por duas etapas de formação: a de facilitadores(as) nas 9 oficinas regionais, denominadas de 'capacitações', e, a de multiplicadores(as) nas 79 oficinas municipais, denominadas de 'multiplicações'.

As oficinas de capacitação e multiplicação foram realizadas em dois dias, desenvolvendo conteúdos capazes de articular teoria-prática, estimulando o empoderamento e, conseqüentemente, o protagonismo social dos participantes. Os conteúdos foram trabalhados a partir das experiências e diagnóstico da situação local relativas à Segurança Alimentar e Nutricional. A utilização de instrumentos metodológicos buscou instigar, através dos conteúdos apresentados, a capacidade de cada um, e do grupo como um todo, a trabalhar e construir juntos o processo de reflexão, articulando os novos conteúdos aprendidos com as experiências vivenciadas de modo a transformar a realidade social numa perspectiva sustentável.

No processo de exposição dos conteúdos foram⁴ utilizados instrumentos audiovisuais - multimídia e o flip-chart – estimulando os participantes a se colocarem no centro das discussões, aportando suas concepções, conhecimentos, experiências vividas e expectativas de mudança. Diferentes estratégias metodológicas são utilizadas de modo a gerar uma ambiência favorável à participação de todos. Os trabalhos em grupos constituíram um espaço de aprofundamento e de sistematização dos conteúdos apreendidos, bem como de socialização de experiências.

O temário das capacitações e facilitaões se pautou em de três eixos: histórico e conceito de SAN, políticas públicas de SAN e planejamento da multiplicação.

⁴ Pode parecer ambíguo o uso dos verbos em tempos diferentes, isto reflete as diferentes temporalidades do Projeto, ou seja, as nove capacitações regionais e cerca de 70% das multiplicações já aconteceram e, aproximadamente, 30% destas últimas estão em fase de planejamento ou de execução.

Foi trabalhado o conceito de SAN em sua dimensão mais ampla e fazendo relações com o “Programa Fome Zero – uma política nacional de segurança alimentar para o Brasil”. Suas questões fundantes foram consolidadas na LOSAN.

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. Todo país deve ser soberano para assegurar sua segurança alimentar, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. É responsabilidade dos Estados Nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, cada parte cumprindo suas atribuições específicas. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001: 15)

A discussão das políticas públicas de SAN envolveu a realização de um diagnóstico da insegurança alimentar na região, o resgate de experiências existentes do poder público e da sociedade civil relacionadas com SAN e a necessidade de promover a intersetorialidade nos programas e ações desenvolvidos. Entendendo por intersetorialidade (Braga, 2006) a capacidade de articular políticas programas e ações, bem como atores sociais governamentais e não governamentais na perspectiva de criar uma ambiência sinérgica que, considerando o território com suas múltiplas facetas, logre transformações efetivas e sustentáveis. A este respeito, a SAN por sua própria natureza interdisciplinar conduz esta complexa discussão que pressupõe a construção de uma nova institucionalidade, como preconiza a LOSAN ao propor instituir e criar o SISOAN.

Resultados parciais

Antecedendo à primeira etapa o processo de composição e formação da equipe de coordenadores(as) e facilitadores(as) que participariam da experiência. Aproximadamente seis encontros de trabalho foram realizados e constituiu um dos momentos mais importantes do projeto. Além da oportunidade de entrosamento da equipe, foi discutindo detalhadamente a metodologia e os conteúdos, com o intuito de sociabilizar a proposta, pensada inicialmente pelo grupo que elaborou o projeto. Neste momento a troca de conhecimentos se deu na perspectiva de redefinir procedimentos metodológicos e construir um consenso sobre a utilização de alguns textos de aprofundamento. Além disto, outros assuntos administrativos e gerenciais foram abordados no sentido de garantir a aplicação correta dos recursos, conforme a proposta orçamentária. Esta questão era também importante dado que ao final de cada capacitação regional seria realizado o planejamento, contendo todos estes

elementos que iriam configurar a proposta das multiplicações em nível municipal, desde o processo de mobilização até a implementação da mesma.

Embora a coordenação regional acompanhasse cada momento e muitas vezes tenha participado do momento de abertura da multiplicação, havia uma clara delegação de responsabilidades na perspectiva de gerar uma ação protagonizada pelos três responsáveis por esta tarefa que, por sua vez, receberam a formação inicial na capacitação regional. Logicamente esta missão foi marcada por sentimentos de insegurança, de dúvidas, mas muitas das equipes demonstraram um desempenho marcado por uma postura de responsabilidade e criatividade o que pode ver visualizado nos relatórios. Os detalhes da verdadeira dimensão destes processos serão demarcados com maior profundidade quando se trabalhar os resultados finais do Projeto.

As coordenações municipais foram formadas pelos três pessoas participantes da capacitação regional, conforme já foi referido, assumindo entre eles as tarefas de coordenador(a), facilitador(a) e mobilizador(a). Estes, ao retornarem aos seus respectivos município detalhavam o planejamento inicial, organizavam a logística e faziam as articulações políticas com as lideranças locais. Entretanto, um dos papeis mais importantes e decisivos para o êxito da multiplicação se referia à estratégia de mobilização na qual era fundamental contemplar as forças sociais mais expressivas no município, bem como, observar a proporcionalidade de 2/3 da sociedade civil e 1/3 do poder público. Neste processo, recomendou-se envolver as entidades da sociedade civil como mediadoras políticas no sentido de identificar pessoas que, dado as suas vivências, trajetórias e interesses na área de SAN pudessem, através de um processo formativo, se integrar a esta rede de atores sociais em SAN e em construção.

Com o intuito explicitar de forma coletiva os diferentes momentos do projeto, bem como os objetivos, foi realizado um de “Seminário para Coordenadores Regionais”, em 20 de março de 2006, que teve um papel importante como instância de integração e de afirmação de compromisso no sentido de instituir uma ação sinérgica entre os participantes do grupo a ser envolvido nas capacitações regionais. Foram convidados os representantes locais de cada uma das regiões e constituiu um momento de entrosamento destes com os dois membros de sua respectiva coordenação regional, integrantes do CONSEA-CE, TALHER ou FÓRUM.

Todas as Oficinas de Capacitação foram realizadas em 2006 contando com uma participação aproximada de 30 participantes. Conforme demonstra, a seguir, os dados do Quadro 1, houve uma pequena variação no número de participantes, não se distanciando, significativamente, do que foi planejado. Esta variação está ligada a

duas ordens de fatores: a variação no número dos municípios integrantes da região e a maior ou menor capacidade de mobilização da equipe de coordenação.

Quadro 1
Capacitações Realizadas

REGIÃO	MUNICÍPIO SEDE	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Norte e Grande Fortaleza	Itapipoca	27
	Maciço de Baturité	30
Baixo e Médio Jaguaribe	Limoeiro do Norte	25
	Aracati	31
Norte	Sobral	27
	Tianguá	24
	Santa Quitéria	28
Sul	Juazeiro	28
Oeste	Quixadá	34
TOTAL	09	254

A articulação local também se revelou decisiva no perfil e nas características dos participantes. Embora não se disponha, no momento de informações sistematizadas sobre esta questão, as reuniões de acompanhamento e de avaliação parcial apontam nesta direção. Ocorreram algumas variações entre as capacitações em relação à proporcionalidade estabelecida, ou seja, 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil e no que diz respeito a maior ou menor pluralidade em relação à representação social, por exemplo, em alguns casos houve uma certa preponderância de organizações dos trabalhadores, em especial do rurais, como sindicatos dos trabalhadores rurais e de áreas de assentamentos rurais.

As multiplicações ainda não foram concluídas, mas, conforme demonstra o Quadro 2, já foram capacitados 1.464 atores sociais em SAN em 59 municípios do Estado do Ceará.

A formação promovida por este Projeto apresentou um diferencial por ocasião da realização das Conferências Regionais e da III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, chegando a ser comentado por alguns participantes tanto no que se refere ao nível de mobilização regional e local como, também, ao maior ou menor patamar de compreensão das temáticas abordadas, quando se comparavam regiões e municípios incluídos no projeto com outros que não vivenciaram tal experiência. Outra questão a destacar diz respeito ao fortalecimento das três entidades envolvidas no processo - CONSEA Ceará, FCSAN e TALHER - certamente que, em nível diferenciado, face ao maior ou menor engajamento e compromisso das mesmas. O FCSAN está desenvolvendo um programa de coordenações regionais

com o objetivo de congregar as entidades da sociedade civil envolvidas ou com potencial envolvimento com a questão da SAN.

Quadro 2
Multiplicações Realizadas

REGIÃO	MUNICÍPIOS	NÚMERO DE PARTICIPANTES
1 – Norte e Grande Fortaleza	Itapipoca, Tururu, Paraipaba, Paracuru, Amontada, Uruburetama, Itapajé, General Sampaio, Baturité, Mulungu, Aracoiaba, Maracanaú, Itapiuna, Barreira, Capistrano Ocara e Aquiraz.	460
2 - Baixo e Médio Jaguaribe	Limoeiro do Norte, Iracema, Pindoretama, Jaguaribara, Alto Santo, São João Jaguar, Tabuleiro do Norte, Russas, Quindaré, Morada Nova, Aracati, Palhano, Itaiçába, Icapui e Beberibe.	363
3 – Norte	Sobral, Alcântara, Meruoca, Massapé, Santana do Acaraú, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, Guaraciaba do Norte, Santa Quitéria, Forquilha, Varjota, Reriutaba, Moraújo e Pacujá	374
4 - Sul	Crato, Juazeiro do Norte, Cariraçu, Várzea Alegre, Lavras da Mangabeira, Nova Olinda, Missão Velha, Iguatú e Granjeiro.	227
5 – Centro Oeste	Boa Viagem e Canindé.	40
TOTAL	59	1.464

Preliminarmente já se dispõe de informação sobre três situações reveladoras de um novo momento organizativo nos municípios: a criação de novos CONSEAS Municipais, a constituição de comissões para viabilizar sua estruturação; e a dinamização de CONSEAS municipais já criados, mas que não estavam em funcionamento.

Como pode ser observado o processo de formação aqui descrito envolveu a formação dos coordenadores e facilitadores em nível estadual, dos articuladores regionais e facilitadores regionais e dos multiplicadores municipais, totalizando 1.733 atores sociais em SAN. A conclusão desta capacitação está prevista para julho próximo, entretanto, há inúmeras reivindicações para que ela venha a atingir o restante dos municípios cearenses.

A realização de um estudo avaliativo mais fundamentado só ocorrerá ao término do projeto quando, certamente, serão apontando resultados mais claros, sobretudo no que se refere ao potencial disseminador dos princípios da SAN, bem

como no que se refere ao alargamento do espaço público e à participação dos atores sociais em SAN disseminado nos territórios locais.

Diante da aprovação da LOSAN e com os avanços esperados em relação a implantação e regulamentação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional há uma enorme tarefa a ser construída pelas instâncias organizativas envolvidas com a SAN nos vários espaços da federação. Diante disto, urge ampliar e tornar continuado o processo formativo, incorporando novos atores sociais nesta trajetória, para garantir o direito à alimentação de qualidade à população brasileira e, em especial a cearense.

Desafios a serem enfrentados

A sinergia social existente hoje no Brasil é fundamental para a instituição e implementação do SISAN, conforme preconiza a LOSAN. O SISAN é uma iniciativa inédita, pois é um sistema supra-setorial para propiciar a intersetorialidade das ações e programas. MALUF (2007, p.145) salienta que: “A instituição do sistema representa, de todo modo, alçar a problemática alimentar, isto é, os alimentos e a alimentação à inédita condição de elemento nuclear da vida social e das ações públicas”.

A construção e alimentação da Rede de SAN envolvem a superação de problemas que devem ser resolvidos através de parcerias entre sociedade civil e governos nacional, estadual e municipal, tais como:

1. Ampliação da formação aqui apresentada, para todos os municípios do Ceará, já que, somente foram envolvidos 50%;
2. Elaboração, execução e financiamento de um programa de formação continuada que priorize ações junto às pessoas vulneráveis à fome e desnutrição, para que sejam beneficiárias, como portadoras do direito humano à alimentação saudável e, ao mesmo tempo, possam assumir uma postura pró-ativa e coletiva na perspectiva da sustentabilidade;
3. Criação de mecanismos de comunicação entre os atores sociais que já participaram da capacitação fornecendo conhecimentos e informações necessárias para fundamentar o processo, o acompanhamento, controle social visando qualificar as intervenções no campo das políticas públicas.
4. Divulgação das deliberações das III Conferências Regionais, Estadual e Nacional de SAN, com o objetivo de sua inserção nos planos municipal e estadual, bem como a promoção da exigibilidade.

Os desafios são expressivos e se complexificam à medida que a política de SAN passa a contemplar novos patamares de conquista social na direção de sua

transformação em política de estado e, portanto, galgando uma nova configuração institucional.

Considera-se que a constituição da Rede de Atores Sociais em SAN fortalecerá as ações da sociedade civil e ao mesmo tempo a relação desta com o poder público. Como afirma Dagnino (2000), as redes constituem um espaço disseminador das ações para alargar o espaços públicos e garantir processos democráticos.

Referência Bibliográfica

BRAGA, Elza M. F. La acción de la ciudadanía en Brasil: un nuevo diseño de practicas organizativas en los años 90. *Estúdios Latinoamericanos*. Año III, enero/junio. México: UNAM, 1996.

BRAGA, Elza M. F. Participação de atores locais e ampliação do espaço público: caminhos da experiência do CONSAD de Baturité. In: CARLEIAL, Adelita N.(Org.). *Projetos nacionais e conflitos na América Latina*. Fortaleza: Edições UFC, UECE, UNAM, 2006.

CONSEA. *Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional*: Textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Brasília: CONSEA, 2004.

DAGNINO, Evelina (org.) Sociedade civil, espaço público e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In :DAGNINO, Evelina, Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, Evelina, OLVERA, Alberto J.& PANFICHI, Aldo. A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra/UNICAMP, 2006.

HIDALGO, Mario (et al) *Ciudadanías emergentes – experiencias democráticas de desarrollo local*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2002.

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Fome Zero – uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil*. Porto Alegre: Instituto Cidadania/ Projeto Fome Zero/ Fundação Djalma Guimarães, 2001.

MALUF, Renato S. Jamil. *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

VALENTE, Flavio L. S. *.Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos*. s/d. (mimeog.)